# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em reais)

#### **NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil, que atua no mesmo segmento metal mecânico

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

#### **NOTA 2 - CONCORDATA PREVENTIVA**

A Companhia, até maio de 2012 encontrava-se em regime de concordata preventiva, requerida em 05 de dezembro de 1989. Em 30 de maio 2012 expedida certidão do transito em julgado da sentença judicial a qual declarou o seu cumprimento integral , bem como, a extinção das responsabilidades de concordatária.

# NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são apresentadas em reais, foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e compreendem:

- 3.1 As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS IFRSS" OU "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS IASS"), EMITIDAS PELO "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD IASB"
- 3.2 As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem a demonstração contábil da controlada mencionada na nota explicativa nº 11, tendo sido preparada de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre a empresa consolidada; (b) eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou custo de aquisição nas demonstrações separadas. A Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, estando aprovadas para divulgação.

# NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

#### 4.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos

monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

### 4.3 – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência, para clientes, de riscos, direitos e obrigações associadas aos produtos.

### 4.4 – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### 4.5 - Estimativas para perdas em crédito:

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

# 4.6 - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

#### 4.7 – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

#### 4.8- Investimentos e empresas controladas:

a) Controladora: O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos, de controlada são registrados como redução do valor do investimento.

b) Consolidado: A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da controlada com empresa controlada. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contra partida ao patrimônio liquido da controladora.

#### 4.9 – Outros Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

#### 4.10 – Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

#### 4.11 - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

### 4.12 – Empréstimos e financiamentos:

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

### 4.13 – Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

#### 4.14 - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

#### 4.15 – Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

#### 4.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes não cabendo desta forma a realização de ajustes.

### 4.17 Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos, desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

#### 4.18 Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado e da realização do ativo diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para a sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

As estimativas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### NOTA 5 - PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

# a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

#### b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

# c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

#### d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

# 6. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas suas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

(i) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

A alteração das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013; entretanto, não teve impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 06 (CPC 34)	Exploração de recursos minerais	1° de janeiro de 2013
IAS 29 (CPC 42)	Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária	1° de janeiro de 2013
Alterações à IAS 27R (CPC 35 e 36)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1° de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28R (CPC 28)	Investimentos em coligada e em controlada	1° de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010) (CPC 38, 39 e 40)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1° de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10 (CPC 36)	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1° de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	1° de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1° de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

(ii) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2014 ou após essa data, ou para períodos subseqüentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações contábeis:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 27 (conforme revisão IAS 32 -CPC 35 e 36)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1° de janeiro de 2014
Revisão IAS 39	Renovação de Derivativos	1° de janeiro de 2014
IFRS 9 (conforme alteração em 2011) (CPC 38, 39 e 40)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1° de janeiro de 2015
Alterações à IFRS 10(conforme revisão IAS 32 -CPC 36)	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1° de janeiro de 2014
Alterações à IFRS 12 (conforme revisão IAS 32)	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1° de janeiro de 2014
IFRIC 21	Reconhecimento de passivo tributário	1° de janeiro de 2014

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.
- Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras *Pro forma* que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Conso	lidado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e bancos: Aplicações financeiras:	9.316	933.928	9.317	1.107.624
CDB (a)	14.708.183	13.267.449	16.932.746	15.159.842
Contas de Poupança (b)	2.012	1.892	2.012	1.892
Total	14.719.512	14.203.269	16.944.075	16.269.358

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.
- (b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

### NOTA 8 - DUPLICATAS A RECEBER

	Controla	dora	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Mercado interno Estimativa para perdas em crédito	4.475.945 (153.739)	4.973.301 (114.178)	5.937.614 (153.739)	5.731.788 (114.178)
Total	4.322.206	4.859.123	5.783.875	5.617.610
	Controladora 31.12.2012		Conso 31.12.2013	lidado 31.12.2012
Abertura por idade e vencimento:	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
A vencer Vencidos até 30 dias Vencidos de 31 a 60 dias	3.911.759 273.745 40.424	4.287.083 455.295 25.366	5.209.151 392.197 45.269	4.899.552 536.881 35.477
Vencidos de 61 a 90 dias Vencidos acima de 91 dias	17.750 232.267	19.120 186.437	35.462 255.535	37.964 221.914
Total	4.475.945	4.973.301	5.937.614	5.731.788

# **NOTA 9 – ESTOQUES**

	Controladora		Consol	idado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Produtos acabados	1.134.810	1.181.408	1.134.810	1.181.408
Produtos em elaboração	890.721	834.166	1.006.715	909.224
Matérias Primas	2.290.155	1.868.935	2.294.914	1.870.375
Materiais de Consumo	20.359	21.899	20.359	21.899
Adiantamentos a fornecedores	173.162	56.247	173.162	56.247
Importações em andamento	496.056	378.260	496.056	378.260
Total	5.005.263	4.340.915	5.126.016	4.417.413

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas matérias primas principais consistirem em "comodities" em estado primário e de alta liquidez.

#### **NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consol	idado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Impostos Estaduais – ICMS Impostos e contribuições	122.158	204.590	122.158	204.590
Federais	310.700	326.541	313.712	328.034
Total	432.858	531.131	435.870	532.624

# NOTA 11 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e Comércio S.A.		
	31.12.2013	31.12.2012	
Totais de ativos e Passivos	6.976.357	3.760.079	
Total de Receitas	8.812.547	5.316.400	
Lucro do Exercício	3.283.264	2.366.597	
Capital social	20.000	20.000	
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20	
Patrimônio líquido	6.704.326	3.421.062	
Percentual de participação	100%	100%	
Investimento	6.704.326	3.421.062	
Movimentação do investimento:			
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000	
Resultado acumulado (equivalência patrimonial)	6.684.326	3.401.062	
Percentual de participação	100%	100%	
Investimento em 31 de dezembro	6.704.326	3.421.062	

# NOTA 12 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 dezembro de 2013 e de 2012, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Balanço		Transações	
	Contas a receber	Contas a receber	Receita de venda de produtos	Receita de venda de produtos
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	<u>-</u>	225.607	4.142.888	2.064.998

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

#### **NOTA 13- OUTROS INVESTIMENTOS**

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 , com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

# NOTA 14 - IMOBILIZADO

Controladora	
--------------	--

		31/12/2013		31/12/2012	depreciação
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
		acumulada			
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.246.013	711.308	893.876	4%
Equipamentos	18.581.795	10.177.527	8.404.268	6.805.294	10%
Instalações	1.146.410	470.304	676.106	728.393	10%
Móveis e utensílios	713.134	520.669	192.465	220.345	10%
Equipamentos de					
processamento de dados	648.065	567.813	80.252	72.423	20%
Ferramentas e utensílios					
Técnicos	2.600.490	2.483.445	117.045	131.077	20%
Veículos	195.744	134.972	60.772	88.976	20%
Imobilizações em curso	161.548	-	161.548	819.965	-
	37.161.895	25.600.743	11.561.152	10.917.737	

Consol	1:4	~ 4	١,
Conso	ПÜ	au	.(

					Taxa de
	31/12/2013			31/12/2012	depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	1.157.388	_	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.246.013	711.308	893.876	4%
Equipamentos	19.032.713	10.237.682	8.795.031	7.198.247	10%
Instalações	1.146.410	470.304	676.106	728.393	10%
Móveis e utensílios	714.351	520.689	193.662	220.345	10%
Equipamentos de					
processamento de dados	648.065	567.813	80.252	72.423	20%
Ferramentas e utensílios					
Técnicos	2.600.490	2.483.445	117.045	131.077	20%
Veículos	195.744	134.972	60.772	88.976	20%
Imobilizações em curso	161.548	-	161.548	819.965	-
	37.614.030	25.660.918	11.953.112	11.310.690	
					li .

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Saldo no início do exercício	10.917.737	9.772.546	11.310.690	9.772.546	
Adições	2.162.685	2.507.128	2.204.820	2.917.128	
Baixas	(17.073)	(13.227)	(17.073)	(13.227)	
Depreciação	(1.502.197)	(1.348.710)	(1.545.325)	(1.365.757)	

Saldo no fim do exercício	11.561.152	10.917.737	11.953.112	11.310.690

A Companhia procedeu sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Liquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Liquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.

# NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			
	31/12.2013	31/12.2012		
Bancos Privados	20.686.854	19.008.322	a	
Banco do Brasil S/A	31.629.085	31.744.990	b	
Parcelas de curto prazo	52.315.939 (20.797.880)	50.753.312 (19.072.105)		
Turcelas de curso pruzo	31.518.059	31.681.207		

a) empréstimos contratados com Banco Comercial Bancesa, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, não contemplados na concordata - julgados credores não quirografários - com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa S A , acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução n° 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e n° 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de

R\$ 1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%. Ao final, cumprido integralmente o acordo a Massa Falida do credor dará quitação de eventuais débitos remanescentes. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 05 de março de 2013, ensejou resultado positivo de R\$ 11.451mil reconhecido nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2012.

b) Em 23 de novembro de 2011, a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S A entabularam transação nos autos da Execução n. 1990.037.016790-3, pela qual o Banco credor admitiu receber à vista 90% do total das parcelas vincendas confessadas quando do acordo firmado em 25 de agosto de 2009, concedendo sobre estas o abatimento de 30%, sendo os 10% restantes vencíveis em parcelas mensais e consecutivas, cujo vencimento final será 21 de agosto de 2019, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009, mantidas as seguintes condições: 1<sup>a</sup>.) prorrogação da suspensão do referido processo até agosto de 2019, período em que serão realizadas amortizações com encargos de TR acrescida de 0,5% de juros ao mês, conforme cronograma físico financeiro anexado; 2<sup>a</sup>.) ao final, cumpridas as condições ora estabelecidas naqueles autos, o saldo devedor será reduzido em 78,20%, com quitação total e a extinção da execução. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 23 de novembro de 2011, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 57.953.

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

# NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		Controladora 31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
ICMS/Parcelamento	581.934	3.474.486	4.056.420	4.935.552	
IR/PIS/COFINS/CSFonte	88.789	-	88.789	116.920	
IRPJ/CSL Diferidos		=	-	2.701.230	
Outros	1.553	-	1.553	1.538	
	672.276	3.474.486	4.146.762	7.755.240	
		Consolidado			
		31.12.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
ICMS/Parcelamento	596.380	3.474.486	4.070.866	4.944.614	

IR/PIS/COFINS/CSFonte	216.087	-	216.087	174.851
IRPJ/CSL Diferidos		-	-	2.701.230
Outros	1.553	-	1.553	1.538
	814.020	3.474.486	4.288.506	7.822.233

# NOTA 17 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	-
Atualização pela TJLP até dezembro de 2012	35.939.224
Pagamentos efetuados até dezembro de 2012	(4.275.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	70.008.668
Atualização pela TJLP em 2013	1.844.690
Pagamentos efetuados em 2013	(388.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	71.465.009
Menos - Circulante	(388.349)
Não circulante	71.076.660

# NOTA 18 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2013 31.12.2		
Trabalhista e previdenciária	-	261.535	
Cível	80.000	80.000	
Total da provisão para contingências Depósitos judiciais	(80.000)	(80.000)	
Provisão para contingências, líquida		261.535	

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	2013 <sub>[H1]</sub>	2012 <sub>[H2]</sub>		
Tributária	107.160	107.160		
Cível	308.212	222.840		
	415.372	330.000		

# NOTA 19 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### 19-1 – IRPJ e CSL sobre o resultado tributado:

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora		
	31.12.2013	31.12.2012	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.639.238	11.970.505	
Equivalência Patrimonial	(3.283.264)	(2.366.597)	
Outras Adições/exclusões permanentes	8.915.996	(11.166.073)	
/Lucro Real/Prejuízo Fiscal antes da compensação de	11.271.970	(1.562.165)	
prejuízos fiscais			
(-) Prejuízo fiscal compensável	(3.381.591)		
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	7.890.379)	(1.562.165)	
Imposto de renda à alíquota de 15%	1.183.557	-	
Imposto de Renda à alíquota de 10%	765.038	-	
Contribuição social à alíquota de 9%	710.292	-	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.658.887	_	
	Consoli	dado	
	2013	2012	
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social			
	2.920.673	147.984	
	<u></u>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui créditos tributários de impostos de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 186.365 mil. No entanto, devido ao histórico de prejuízos operacionais, a Companhia não efetuou Registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

#### **NOTA 20 - CAPITAL SOCIAL**

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos. O Capital Social está distribuído conforme segue:

	Qde.	Total das ações	%
Acionistas domiciliados no País - pessoas físicas	846	7.519.674	63,19
Acionistas domiciliados no País - pessoas jurídicas	28	4.380.326	36,81
Total	874	11.900.000	100,00

#### b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantido a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata quer deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembléia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

# NOTA 21 – LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

		2013	-		2012	
	Ordinárias	Preferências	Total	Ordinárias	Preferências	Total
Quantidade de ações em circulação no início do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000
Quantidade de ações em circulação no final do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000
				Co	ntroladora	
				31/12/2013	31/12	2/2012
Lucro liquido no fina	l do exercíc	io		2.980.	352	9.269.275
Media ponderada das			circulação_	11.900.0	0001	1.900.000
Lucro por ação básico	)		_	0,2504	450	0,778930

# NOTA 22 - RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 possuem a seguinte composição:

	<u>Controla</u> d <u>ora</u>		Cons	o <u>lidado</u>
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Receita bruta de Vendas (-)Impostos incidentes s/vendas (-)Abatimentos e Devoluções Receita Liquida de Vendas	32.754.455 (6.331.080) (568.444) 25.854.931	33.798.975 (6.656.200) (621.579) 26.521.196	37.855.697 (6.667.584) (630.911) 30.557.202	37.529.325 (6.914.648) (862.041) 29.752.636

# NOTA 23 – INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

_	Controladora		Consolidado	
_	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas e custos por função			<del></del>	
Custo dos produtos vendidos	17.412.394	18.849.144	17.944.091	19.199.871
Despesas operacionais	7.528.552	7.584.559	8.297.622	8.022.747
_	24.940.946	26.433.703	26.241.713	27.222.618
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	9.499.792	10.177.096	9.442.628	10.266.370
Despesas com pessoal e encargos	7.693.283	8.740.800	8.167.033	9.032.233
Despesas de alugueis e correlatos	-	-	31.470	27.396
Despesas de serviços e utilidades				
públicas	625.672	786.988	649.159	794.775
Despesas de depreciação e				
amortização	1.502.197	1.348.710	1.545.325	1.365.757
Provisão (reversão) PCLD e				
contingências	39.561	(72.348)	39.561	(72.348)
Outras despesas	5.580.441	5.452.457	6.366.537	5.808.435
_	24.940.946	26.433.703	26.241.713	27.222.618

# NOTA 24 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO realizada em 29 de abril de 2013, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 732 mil para o exercício social de 2013, R\$ 684mil para o exercício de 2012, que estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

**NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO** 

	Controladora		Consolid	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	
Despesas financeiras:					
Juros sobre					
empréstimos	(1.971.415)	(1.764.728)	(1.971.415)	(1.764.728)	
Despesas bancárias	(78.197)	(61.626)	(84.515)	(64.930)	
Variação monetária					
passiva	-	(9.836)	-	(9.836)	
Juros, parcelas fiscais					
LP e s/tributos	(1.900.947)	(2.336.226)	(1.900.949)	(2.336.658)	
Variação cambial					
passiva	(69.806)	(7.265)	(69.806)	(7.265)	
Outras	(218)	(1.053)	(264)	(1.083)	
	(4.020.583)	(4.180.734)	(4.026.949)	(4.184.500)	
_					
Receitas financeiras:					
Aplicações					
financeiras	975.682	1.214.318	1.116.635	1.287.512	
Variação cambial	140.395	157.547	140.395	157.547	
ativa					
Descontos obtidos	1.199	3.840	1.199	3.882	
Juros ativos	121.159	219.931	129.802	222.366	
	1.238.435	1.595.636	1.388.031	1.671.307	
Variação cambial:					
Variação cambial	140.395	157.547	140.395	157.547	
ativa					
Variação cambial	(69.806)	(7.265)	(69.806)	(7.265)	
passiva	<u> </u>			<u> </u>	
	70.589	150.282	70.589	150.282	

### **NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS**

As coberturas dos seguros, em valores de 31de dezembro de 2013 e de 20112são assim demonstradas:

	2013	2012
Responsabilidade civil	1.636.000	2.730.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	12.400.000	13.000.000
Veículos	100.675	92.150
	14.136.675	15.822.150

#### **NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuaram nenhuma transação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

#### a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e, da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

#### b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

### c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por mais de 4.708 clientes, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

### d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.